



7)	Conclusão, pela COAUD, dos trabalhos de auditoria relativos às Tomadas de Contas Individuais, referentes ao exercício de 2007.	25.04.2008
8)	Entrega, pela COAUD, ao titular da Ciset/CC/PR, dos processos de Tomadas de Contas Individuais, referentes ao exercício de 2007, contendo os respectivos relatórios e certificados de auditoria.	09.05.2008
9)	Apresentação dos processos de Tomadas de Contas Individuais, referentes ao exercício de 2007, com manifestação do titular da Ciset/CC/PR, para Pronunciamento Ministerial.	16.05.2008
10)	Encaminhamento, ao Tribunal de Contas da União, dos Processos de Tomadas de Contas Individuais, referentes ao exercício de 2007.	31.05.2008
11)	Conclusão, pela COAUD, dos trabalhos de auditoria relativos às Tomadas/Prestações de Contas do exercício de 2007, que não foram elaboradas de forma individual.	06.06.2008
12)	Entrega, pela COAUD, ao titular da Ciset/CC/PR, dos processos de Tomadas/Prestações de Contas, referentes ao exercício de 2007, que não foram elaboradas de forma individual, contendo os respectivos relatórios e certificados de auditoria.	13.06.2008
13)	Apresentação dos processos de Tomadas/Prestações de Contas, referentes ao exercício de 2007, que não foram elaboradas de forma individual, com manifestação do titular da Ciset/CC/PR, para Pronunciamento Ministerial.	20.06.2008
14)	Encaminhamento, ao Tribunal de Contas da União, dos Processos de Tomadas/Prestações de Contas, relativos ao exercício de 2007, que não foram elaboradas de forma individual.	30.06.2008

OUTRAS INFORMAÇÕES/RECOMENDAÇÕES/ORIENTAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DAS NORMAS PERTINENTES A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E CONTÁBIL PARA ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2007		
1)	Recomendar às Unidades Gestoras das Administrações Direta e Indireta que ajustem suas ações para a fiel observância dos prazos e procedimentos constantes do Quadro I da Macrofunção 02.03.18 - Encerramento do Exercício, do Manual SIAFI da Secretaria do Tesouro Nacional/MF, bem como o contido nas demais normas legais vigentes.	
2)	Recomendar às Unidades Gestoras da Administração Direta, sob a jurisdição da Setorial de Contabilidade desta Ciset/CC/PR, que anulem todos os empenhos não passíveis de inscrição em Restos a Pagar, conforme estabelece a Macrofunção 02.03.17 Restos a Pagar, do Manual SIAFI, dentro dos prazos estabelecidos, a fim de evitar, por ocasião do encerramento do exercício de 2007, o acúmulo de documentos para digitação por parte da Setorial de Contabilidade.	
3)	Observem os arts. 12 e 13 da Instrução Normativa nº 47/2004, do Tribunal de Contas da União - TCU, alterada pelas IN/TCU nºs 51/2006 e 54/2007, procedendo a atualização dos dados constantes do Rol de Responsáveis.	

4)	Não realizem, por falta de amparo legal, despesas com festividades natalinas e de ano novo, custeadas com recursos públicos, relacionadas com: a) aquisição, confecção e expedição de cartões de Boas Festas; b) promoção de almoços ou jantares de confraternização; e c) aquisição e distribuição de cestas de Natal, brindes e outros correlatos com a finalidade de conagração de festejos natalinos e de Ano Novo.
5)	Na elaboração do Relatório de Gestão, que sejam definidos indicadores de gestão que permitam aferir a eficiência, eficácia e economicidade da ação administrativa, levando-se em conta os resultados quantitativos e qualitativos alcançados pelo órgão/entidade, conforme determinação do TCU efetuada aos órgãos jurisdicionados a esta Ciset/CC/PR.
6)	Observem, rigorosamente, o estabelecido na Instrução Normativa nº 05/94, do Tribunal de Contas da União - TCU, atentando, em especial, para o contido nos artigos 3º e 8º daquela norma legal, no que tange à apresentação da Declaração de Bens e Rendas, na forma da Lei nº 8.730/93.
7)	Observem que os eventuais deslocamentos ocorridos até 31.12.2007 e os que incluam dias do exercício de 2008, corram à conta dos orçamentos dos respectivos exercícios.
8)	Recomendar que, no caso de despesas continuadas, tais como água, luz e telefone, referentes ao mês de dezembro de 2007, que não puderem ser conhecidas até o final daquele mês, as inscrições em Restos a Pagar sejam efetuadas com base na última medição e que a correção dos desvios para mais ou para menos seja efetuada na fatura do mês de janeiro de 2008.
9)	Orientar aos Econômos ou responsáveis pelo atendimento de despesas relacionadas com deslocamentos do Presidente e do Vice-Presidente da República, suas comitivas e equipes de segurança e apoio, para que apresentem, em 04.01.2008, à Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças da Secretaria de Administração da Casa Civil - DIROF/SA/CC/PR ou à Assessoria de Administração da Vice-Presidência da República, relação contendo as aplicações ocorridas até 31.12.2007, para fins de registro contábil dos valores aplicados, devendo a Prestação de Contas correspondente a essas aplicações ser apresentada até 15.01.2008, conforme dispõe o art. 83 do Decreto-Lei nº 200/67, observado, ainda, os prazos fixados pelo Ordenador de Despesas.
10)	Observem que as despesas relativas à ajuda de custo, passagem e transporte de bagagem dependerão de empenho prévio, vedada a concessão para pagamento em exercício posterior, conforme determina o art. 8º do Decreto nº 4.004, de 08.11.2001.
11)	Recomendar que os inventários de materiais em estoque no almoxarifado e/ou depósito, de bens móveis em uso, imóveis e de bens intangíveis sejam elaborados por comissões constituídas para tal fim. Não poderá participar da referida comissão servidores que sejam responsáveis diretos pela guarda ou movimentação dos bens ou materiais objeto do inventário, cujos resultados deverão ser conciliados com as correspondentes contas no SIAFI.

Nota: Caso os prazos e procedimentos para registro dos documentos constantes da "Macrofunção do SIAFI 02.03.18 - Encerramento do Exercício" sejam alterados, prevalecerão as novas datas e novos procedimentos ali estabelecidos.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 1.016/PGF, de 7 de dezembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União do dia 10 de dezembro de 2007, Seção 1, pág. 3, onde se lê: "prestação colaboração mútua", leia-se: "prestarão colaboração mútua".

SECRETARIA ESPECIAL
DE AQUICULTURA E PESCA

PORTARIA Nº 310, DE 12 DE DEZEMBRO 2007

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei nº 10.683, de 28/05/03 e com base nas condições estabelecidas no Decreto nº 825, de 28/05/1993, com as alterações subsequentes, no Decreto-Lei nº 200, de 25/02/1967, na Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações, na Lei nº 11.439, de 29/12/06, na Lei 11.451, de 07/02/2007, na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, Decreto nº 93.872, de 23/12/1986, na Instrução Normativa STN nº 01, de 15/01/1997, da Secretaria do Tesouro Nacional e na Nota nº 301/CO-NED, de 23/03/2005, da Secretaria do Tesouro Nacional, resolve:

Art. 1º Aprovar a descentralização de dotação orçamentária e de recursos financeiros do orçamento da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República no exercício de 2007, nos Programas de Trabalho: 20.602.1344. 6112.0001 - Ação: Fomento a Atividade Pesqueira e Aquícola - Nacional - Programa de Trabalho: 20.602.1342. 0860.0001 - Ação: - Apoio ao Funcionamento de Unidades Integrantes da Cadeia Produtiva Pesqueira - Nacional e Programa de Trabalho: 20.602.1343. 09GW.0001.- Ação: Apoio a Extensão Aquícola - Nacional, em favor da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB - UG 135100 - GESTAO 22211, no valor total de R\$ 3.101.093,64 (três milhões, cento e um mil, noventa e três reais e sessenta e quatro centavos), objetivando a execução do Projeto de Implantação de Entrepósitos de Pescados, conforme Processo 00350.003185/2007-19.

Art. 2º - O período de execução do Projeto objeto desta Portaria e previsto no Cronograma de Execução do Plano de Trabalho, parte integrante desta Portaria, independente de transcrição, expirará em 31 de dezembro de 2008.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ALTEMIR GREGOLIN

PORTARIA Nº 311, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e com base nas condições estabelecidas na Lei nº 11.514, de 13/08/07, bem como no Decreto nº 825, de 28/05/1993, com as alterações subsequentes, no Decreto-Lei nº 200, de 25/02/1967, na Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações, na Lei nº 11.439, de 29/12/06, na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, no Decreto nº 93.872, de 23/12/1986 e na Instrução Normativa STN nº 01, de 15/01/1997, da Secretaria do Tesouro Nacional, e na Nota nº 301/CO-NED, de 23/03/2005, da Secretaria do Tesouro Nacional, resolve:

Art. 1º Aprovar a descentralização de dotação orçamentária e de recursos financeiros do orçamento da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República no exercício de 2007, no Programa de Trabalho: 20.122.1344.6104.0001 - Ação: Estudo para o Desenvolvimento da Aquicultura - Nacional, em favor da Universidade Federal do Ceará - UFC - UG 153045 - GESTÃO 15224, no valor total de R\$ 330.055,97 (trezentos e trinta mil, cinquenta e cinco centavos e noventa e sete centavos), com a finalidade de Apoio ao Projeto: Implantação do Laboratório de Diagnóstico de Enfermidades em Organismos Aquáticos, conforme estabelecido no Plano de Trabalho, parte integrante desta Portaria e o Processo nº 00350.003370/2007-11.

Art. 2º O período de execução do objeto previsto nesta Portaria expirará em 30 de novembro de 2008.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

ALTEMIR GREGOLIN

PORTARIA Nº 312, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007

SECRETÁRIO ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei nº 10.683, de 28/05/03 e com base nas condições estabelecidas no Decreto nº 825, de 28/05/1993, com as alterações subsequentes, no Decreto-Lei nº 200, de 25/02/1967, na Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações, na Lei nº 11.439, de 29/12/06, na Lei 11.451, de 07/02/2007, na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, Decreto nº 93.872, de 23/12/1986, na Instrução Normativa STN nº 01, de 15/01/1997, da Secretaria do Tesouro Nacional e na Nota nº 301/CONED, de 23/03/2005, da Secretaria do Tesouro Nacional, resolve:

Art. 1º Aprovar a descentralização de dotação orçamentária e de recursos financeiros do orçamento da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, no exercício de 2007, do Programa de Trabalho: 20.602.1344.6112.0001 - Ação: Fomento as Atividades Pesqueiras e Aquícolas sob Formas Associativas - Nacional - PTRES: 001011no valor de R\$ 75.122,00 (setenta e cinco mil e cento e vinte e dois reais) para a Universidade Federal de Santa Catarina - Unidade Gestora Orçamentária e Financeira: 153163 - Gestão: 15237, com a finalidade de apoiar o Projeto: Ações para o Controle do Vírus da Mancha Branca no cultivo de Camarões Marinhos, conforme processo 00350.002042/2006-17.

Art. 2º - O período de execução do objeto previsto no Cronograma de Execução do Plano de Trabalho, parte integrante desta Portaria, independente de transcrição, expirará em 31 de julho de 2008.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ALTEMIR GREGOLIN

SECRETARIA ESPECIAL
DOS DIREITOS HUMANOS
CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS
DA PESSOA HUMANA

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2007

O SECRETÁRIO ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA e PRESIDENTE DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis nº 4.319, de 16 de março de 1964, e nº 10.683, de 28 de maio de 2003,

CONSIDERANDO a deliberação exarada em sua 184ª reunião ordinária, resolve:

Art. 1º Alterar o inciso I do art. 2º da Resolução nº 1, de 10 de janeiro de 2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

I - pelo Governo Federal:

- a) Diretor de Políticas Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça, que a presidirá;
- b) representante da Secretaria Especial dos Direitos Humanos/PR;
- c) representante do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, do Ministério da Justiça;
- d) representante da Advocacia-Geral da União;
- e) representante do Ministério das Relações Exteriores.

PAULO DE TARSO VANNUCHI

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2007

O SECRETÁRIO ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA e PRESIDENTE DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis nº 4.319, de 16 de março de 1964, e nº 10.683, de 28 de maio de 2003,

CONSIDERANDO os recentes desdobramentos dos fatos relacionados às denúncias de atuação de grupos de extermínio no Estado do Ceará;

CONSIDERANDO ainda a deliberação aprovada por unanimidade pelo plenário do Conselho, em sua 184ª reunião ordinária, resolve:

Art. 1º Constituir Subcomissão Especial para desenvolver, no Estado do Ceará, atividades de apuração das atuações de grupos de extermínio, dando extensão regional às atribuições da Comissão Especial constituída pela Resolução nº 28/2006 - CDDPH.



Art. 2º A Subcomissão será composta por um representante titular e um representante suplente dos seguintes órgãos e/ou instituições:

- I. Ministério Público Federal;
- II. Ministério Público do Estado do Ceará;
- III. Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil no Estado do Ceará;
- IV. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará;
- V. Departamento da Polícia Federal do Ministério da Justiça;
- VI. Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará;
- VII. Defensoria Pública do Estado do Ceará;
- VIII. Instituto Brasileiro de Defesa da Cidadania - IBRADEC/CE;
- IX. Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - CE-DECA/CE;
- X. Comissão Brasileira Justiça e Paz - CBJP/CE;
- XI. Central Única das Favelas do Ceará - CUFA/CE.

Art. 3º A Subcomissão desenvolverá suas atividades em articulação com os membros da Comissão Especial da Resolução nº 28/2006 - CDDPH e elaborará relatórios periódicos e relatório final à ocasião de seu encerramento.

Art. 4º A Subcomissão exercerá suas atividades pelo tempo que for considerado necessário ao exercício de suas atribuições.

Art. 5º A Secretaria Especial dos Direitos Humanos prestará à Subcomissão Especial o apoio necessário ao exercício de suas atribuições.

PAULO DE TARSO VANNUCHI

CONSELHO DE GOVERNO
CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

RESOLUÇÃO Nº 60, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2007.

O CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, conforme o deliberado na reunião realizada no dia 11 de dezembro de 2007 e tendo em vista o que consta do Processo nº 52000.017371/2007-17, resolve:

Art. 1º Conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo, com pedido de reconsideração e revogação da decisão contida na Resolução CAMEX nº 48, de 10 de outubro de 2007, interposto pela Associação Brasileira dos Fabricantes, Distribuidores e Importadores de Bicicletas, Peças e Acessórios - ABRADIBI.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL JORGE
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 61, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2007

O CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, conforme o deliberado na reunião realizada no dia 11 de dezembro de 2007 e tendo em vista o que consta do Processo MDIC nº 52000.017185/2007-70, resolve:

Art. 1ª Conhecer e dar provimento parcial ao Recurso Administrativo, com pedido de reexame da decisão contida na Resolução CAMEX nº 44, de 4 de outubro de 2007, interposto pela Associação Brasileira de Produtos e Equipamentos Ópticos - Abiótica, nos autos do Processo supracitado.

Art. 2ª O art 1ª da Resolução CAMEX nº 44, de 4 de outubro de 2007, publicada em 8 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art 1ª Aplicar direito *antidumping* definitivo, por um prazo de até 5 anos, nas importações brasileiras de armações de óculos, com ou sem lentes corretoras, comumente classificadas nos itens 9003.11.00, 9003.19.10, 9004.90.10 e 9004.90.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da República Popular da China, a ser recolhido sob a forma específica de US\$ 270,56/kg (duzentos e setenta dólares estadunidenses e cinquenta e seis centavos por quilograma), limitado às armações com preço CIF igual ou inferior a US\$ 10,00 (dez dólares estadunidenses) por peça.

Parágrafo único. O direito *antidumping* aplicado sobre as importações brasileiras de armações de óculos, com ou sem lentes corretoras, originárias da República Popular da China, de US\$ 270,56/kg (duzentos e setenta dólares estadunidenses e cinquenta e seis centavos por quilograma) não poderá ser superior a US\$ 4,87/peça (quatro dólares estadunidenses e oitenta e sete centavos por peça)." (NR)

Art. 3º Estão excluídos da referida medida *antidumping* os equipamentos de proteção individual - EPI, tais como óculos de segurança, de soldagem e de laboratório, os óculos para prática de esportes, tais como óculos de natação, de mergulho, de pesca e de esqui, os óculos para maquiagem e os óculos 3D para visualização de filmes em terceira dimensão.

Art 4ª Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL JORGE
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 62, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2007.

O CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, conforme o deliberado na reunião realizada no dia 11 de dezembro de 2007 e tendo em vista o que consta do Processo nº 52000.017600/2007-95, resolve :

Art. 1º Conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela empresa *Sichuan Juguang Printing Apparatus Co. Ltd*, contra a Resolução CAMEX nº 43, de 04 de outubro de 2007.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL JORGE
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 63, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2007.

O CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, conforme o deliberado na reunião realizada no dia 11 de dezembro de 2007 e tendo em vista o que consta do Processo nº 52000.016424/2007-74, resolve:

Art. 1º Conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo, com pedido de reexame da decisão contida na Resolução CAMEX nº 45, de 04 de outubro de 2007, interposto pelas empresas *Bayer MaterialScience AG*, *Bayer Antwerpen NV* e *Bayer MaterialScience S.r.L* (BMS) e a empresa *Bayer S.A.* (BSA).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL JORGE
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 64, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2007.

O CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, conforme o deliberado na reunião realizada no dia 11 de dezembro de 2007 e tendo em vista o que consta do Processo nº 52000.021261/2007-41, resolve:

Art. 1º Conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pelas empresas *Jining Greenway Foodstuffs Company* e Outros, contra a Resolução CAMEX nº 52, de 23 de outubro de 2007.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL JORGE
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 65, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2007.

O CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, conforme o deliberado na reunião realizada no dia 11 de dezembro de 2007 e tendo em vista o que consta do Processo nº 52000.017369/2007-30, resolve:

Art. 1º Conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo, com pedido de reconsideração e revogação da decisão contida na Resolução CAMEX nº 47, de 10 de outubro de 2007, interposto pela Associação Brasileira dos Fabricantes, Distribuidores e Importadores de Bicicletas, Peças e Acessórios - ABRADIBI.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL JORGE
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 66, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2007

O CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, conforme o deliberado na reunião realizada no dia 11 de dezembro de 2007, com fundamento no inciso XV do art. 2º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e tendo em vista o que consta nos autos do processo MDIC/SECEX-RJ 52500.016460/2006-16, resolve:

Art. 1ª Encerrar a investigação com a fixação de direito *antidumping* definitivo sobre as importações de alto-falantes, classificados nos itens 8518.21.00, 8518.22.00 e 8518.29.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, quando originárias da República Popular da China, a ser recolhido sob a forma de alíquota específica fixa de US\$ 2,35/kg (dois dólares estadunidenses e trinta e cinco centavos por quilograma).

Art. 2º Ficam excluídos os alto-falantes para telefonia, para câmeras fotográficas e de vídeo, para *notebooks*, para uso em equipamentos de segurança (normas EVAC BS 5839-8, IEC 60849 ou NFPA) e aqueles destinados a aparelhos de áudio e vídeo, que não sejam de uso em veículos automóveis, tratores e outros veículos terrestres.

Art. 3ª Tornar públicos os fatos que justificaram esta decisão, conforme o Anexo a esta Resolução.

Art. 4ª Revogar a Resolução CAMEX nº 25, de 07 de junho de 2007, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U., em 29 de junho de 2007, mantidos os efeitos durante sua vigência.

Art. 5ª Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - D.O.U. e terá vigência de até cinco anos, nos termos do disposto no art. 57 do Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995.

MIGUEL JORGE
Presidente do Conselho

ANEXO

1. Do Procedimento

Em 26 de julho de 2006, as empresas Bravox S.A. Indústria e Comércio de Eletrônicos, Eletrônica Selenium S.A., Ind. Com. Alto-Falantes Magnum Ltda., Panasonic Componentes Eletrônicos da Amazônia Ltda. e Oversound Ind. Com. Eletro-Acústica Ltda. (peticionárias), protocolizaram, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, pedido de abertura de investigação de dumping, dano e relação causal entre estes nas exportações para o Brasil, de alto-falantes da República Popular da China - RPC, bem como de aplicação de direito *antidumping* provisório sobre as importações do produto objeto da investigação.

Tendo sido apresentados elementos suficientes de prova da prática de dumping nas exportações supracitadas e de dano à indústria doméstica, a Secretaria de Comércio Exterior - SECEX tornou público, por meio da publicação da Circular SECEX nº 63, de 14 de setembro de 2006, no Diário Oficial da União - D.O.U. de 15 de setembro de 2006, o início da investigação.

As partes interessadas conhecidas foram notificadas da abertura da investigação, tendo sido enviados, simultaneamente, conforme previsto no art. 27 do Decreto nº 1.602, de 1995, cópia da Circular SECEX nº 63, de 2006 e o questionário relativo à investigação. Ao governo da República Popular da China foi enviada, também, cópia da petição.

Em atendimento ao disposto no art. 22 do Decreto nº 1.602, de 1995, a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, do Ministério da Fazenda, também foi notificada do início da investigação.

2. Do produto

2.1. Do produto objeto da investigação, sua classificação e tratamento tarifário

O produto objeto da investigação foi definido como alto-falantes, montados ou desmontados, importados da RPC, classificados nos itens 8518.21.00, 8518.22.00 e 8518.29.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM. O alto-falante é um transdutor, dispositivo que transforma um tipo de energia em outro. Neste caso, a energia elétrica em energia mecânica, que posteriormente é transformada em energia sonora. As principais aplicações dos alto-falantes estão relacionadas ao uso profissional, som automotivo, som ambiente, residencial ou entretenimento doméstico e de segurança.

Embora sejam classificados nos mesmos itens da NCM de alto-falantes, os alto-falantes para telefonia não estão incluídos na investigação, pois constituem um produto específico, não fabricado no Brasil, conforme informado desde a petição inicial.

Foram, também, excluídos da definição do produto objeto da investigação os alto-falantes para câmeras fotográficas e de vídeo, para *notebooks*, para uso em equipamentos de segurança (normas EVAC BS 5839-8, IEC 60849 ou NFPA) e aqueles destinados a aparelhos de áudio e vídeo, que não sejam de uso em veículos automóveis, tratores e outros veículos terrestres.

A alíquota do Imposto de Importação vigente no período de investigação relativa aos três itens em que se classificam os alto-falantes foi de 21,5% de julho a dezembro de 2003 e de 20% a partir de 1ª de janeiro de 2004.

2.2. Do produto da indústria doméstica e similaridade ao produto importado da China

Tendo em conta as informações disponíveis, verificou-se que os alto-falantes fabricados no Brasil são produzidos a partir das mesmas matérias-primas, possuem as mesmas características técnicas e, ainda, considerando que ambos se destinam ao mesmo uso, estes foram considerados similares àqueles importados da China, nos termos do que dispõe o § 1ª do art. 5ª do Decreto nº 1.602, de 1995.